

## Dança em Cadeira de Rodas: Relato de Experiência

### Dance in Wheelchair: Experience Report

Fernanda Reis de Oliveira<sup>a\*</sup>; Aline Horta Miguel Junqueira<sup>a</sup>; Renata Lane de Freitas Passos<sup>a</sup>;  
Vagner Miranda da Conceição<sup>a</sup>; Patrícia da Conceição Rocha Rabelo<sup>a</sup>;

<sup>a</sup>Faculdade Pitágoras Betim. MG, Brasil.

\*E-mail: fernandareistenuta@gmail.com

---

#### Resumo

A dança em cadeira de rodas é uma modalidade de dança adaptada que permite uma melhora neuropsicossocial de pessoas com deficiência. Apesar dos vários benefícios vinculados à prática da modalidade, poucos profissionais conhecem e se sentem preparados para o desenvolvimento de tal prática, além disso, esse conteúdo é abordado de forma limitada e superficial nos cursos de graduação, uma vez que as disciplinas vinculadas ao conteúdo Atividade Física Adaptada e Dança apresentam grande conteúdo a ser repassado aos alunos. Diante dessa carência, uma oficina de dança em cadeira de rodas, aberta para a comunidade, foi realizada pelas docentes do curso de Educação Física, na Faculdade Pitágoras de Betim. Após a realização da oficina, relatos foram coletados dos participantes para a execução de análise posteriormente. Como resultado foi possível identificar a falta de conhecimento e os preconceitos existentes na relação entre deficiência e dança. No início da oficina, vários participantes se mostraram surpresos com o repertório motor possível de ser realizado em uma cadeira de rodas. Apesar de a oficina ter sido desenvolvida em um dia, ela contribuiu para a ruptura de paradigmas, além de despertar o interesse dos participantes para a busca de mais conhecimentos sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Limitação da Mobilidade. Formação Profissional. Atividade Física Adaptada.

#### Abstract

*The wheelchair dance is a modality of adapted dance that allows the neuropsychosocial improvement for people with disabilities. In spite of the various benefits associated with practice of the modality, few professionals know and feel prepared for the development of such practice, in addition this content is approached in a limited and superficial way in the undergraduate courses, once the discipline linked to the content Adapted Physical Activity and Dance already present great content to be taught to the students. Therefore, a wheelchair dance workshop, open to the community, was held by the teachers of the Physical Education course, at Faculdade Pitágoras from Betim. After the workshop, reports were collected from the participants to carry out the analysis later. As a result, it was possible to identify the lack of knowledge and the existing prejudices in the relationship between disability and dance. At the beginning of the workshop several participants were surprised with the possible motor repertoire of being carried out in a wheelchair. Although the workshop was developed in one day, it contributed to the rupture of paradigms, in addition to arousing the participants' interest in the search for more knowledge on the subject.*

**Keywords:** *Mobility Limitation. Vocational Training. Adapted Physical Activity.*

---

#### 1 Introdução

De acordo com a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, aprovada pelo Decreto 186 de 10 de julho 2008, a deficiência possui um conceito em evolução, que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente, que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Dados da Organização Mundial da Saúde - OMS apontam que existe, aproximadamente, um bilhão de pessoas com deficiência no mundo, sendo que a maioria (80%) vive em países em desenvolvimento, como o Brasil. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística BGE, o Brasil possui 45,6 milhões de pessoas com deficiência, o que representa 23,9% da população. Dentre os diferentes tipos de deficiências, ressalta-se que a visual (58,3%) e motora/física (21,6%) são aquelas com maior incidência populacional<sup>1</sup>.

Até algumas décadas, essa minoria social estava totalmente excluída de práticas esportivas por serem julgadas como incapazes<sup>2</sup>. Durante muitos anos, pessoas com deficiência ficaram completamente segregadas e isoladas do meio social, sendo o tratamento dado a elas pautado na diferença, no medo e na superstição<sup>3</sup>. No período denominado “exclusão”, que remete a Antiguidade (4000-3500 a.C. até 476 d.C.), “pessoas com deformidades” eram tratadas como possuídas pelo mal, tendo como castigo a tortura ou o abandono para a morte. Nessa época, as únicas pessoas com deficiência que tinham direito a vida eram os guerreiros amputados em batalhas. Na Idade Média (século V ao XV), essa superstição acerca do “desviante” permaneceu, no entanto, com o advento do Cristianismo, pessoas com deficiência deixam de ser condenadas à morte e passam a viver isoladas sob a proteção da Igreja Católica, recebendo alimento e cuidados precários de saúde.

O avanço da área médica, na Idade Moderna (século XV ao

XVIII), permitiu com que as pessoas com deficiência passassem a ser vistas como “pessoas”. Esta mudança de paradigma permitiu, que os indivíduos com deficiência pudessem receber tratamentos e atendimentos especializados<sup>2,4,5</sup>. Nesse mesmo período, começou a surgir, no Brasil, as primeiras instituições para atender pessoas com deficiência: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Instituto dos Surdos-Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria<sup>3</sup>. Com a criação desses órgãos, que tinham como intuito educar e capacitar essa parcela da população, deu-se início a um processo de “integração”, caracterizado pela inserção social da pessoa com deficiência, entretanto, desde que ela tivesse condições de se adaptar ao meio<sup>2</sup>. Esse período de integração ganhou força, principalmente, após II Guerra Mundial, a partir da Declaração dos Direitos Humanos e tantas outras declarações e convenções que vieram depois, como: Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem; Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais; Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão<sup>6-9</sup>.

Após a Segunda Guerra Mundial também foi dado início ao esporte para pessoas com deficiência, através da atuação do neurocirurgião Ludwing Guttmann, que utilizava práticas esportivas nos programas de reabilitação para soldados lesionados na guerra<sup>10,11</sup>. A partir dessa experiência, outras possibilidades foram surgindo no decorrer dos anos para atender os diferentes públicos e demandas, o que culminou no desenvolvimento das Paraolimpíadas, que teve sua primeira versão em 1960<sup>10</sup>. Desde então, a prática de esportes e exercícios físicos vem ocasionando superação de vários indivíduos com deficiência, contribuindo assim para a sua reintegração ao meio social. De fato, no momento da prática esportiva, a imagem de pessoa deficiente transcende para símbolo de eficiência. Nota-se, assim, um corpo apto a romper barreiras sem estigma ou medo de ter sua identidade comprometida pela exposição de sua diferença.

Atualmente, nota-se que a prática de exercício físico e esportes por pessoas com deficiência começa a ganhar cada vez mais visibilidade e adesão<sup>3</sup>. De acordo com Marques et al.<sup>12</sup>, essa prática se consolidou, na sociedade contemporânea, sob diversas formas e em diferentes ambientes, tais como: esporte de participação, educacional ou de competição. Pena<sup>13</sup> aponta que esse fenômeno tem passado por um processo de crescimento no Brasil, porém, muitos profissionais da educação física ainda se sentem despreparados e buscam qualificação para atuar nessa área.

Diante do crescimento da prática de esportes por pessoas com deficiência, na década de 1980, a disciplina atividade física adaptada foi incorporada nos cursos de graduação em Educação Física a partir da Resolução nº 03, de 16 de junho de 1987, do Conselho Federal de Educação, que regulamentou

a atuação direta do profissional de Educação Física com as pessoas com deficiência<sup>14</sup>. Desde a publicação da referida legislação, os cursos de graduação realizaram alterações em suas grades curriculares, incluindo disciplinas relacionadas ao esporte adaptado, atividade física adaptada e/ou esporte paraolímpico. Conforme apontam Ribeiro e Araújo<sup>15</sup>, a participação dos profissionais que passaram a ter, em seus currículos, disciplinas como a atividade física adaptada está sendo indispensável no atendimento das pessoas com deficiência. Apesar disso, é possível identificar que ainda hoje, quase duas décadas após a publicação da lei, a formação dos profissionais de Educação Física, no que se refere à atividade física adaptada, é deficitária. O conteúdo é extremamente extenso e complexo e, em muitos casos, a disciplina é desenvolvida de forma exclusivamente teórica. Assim, a oferta de oficinas de diferentes modalidades de atividades e esportes para pessoas com deficiência, como, por exemplo, a dança em cadeira de rodas (DCDR), vinculando teoria e prática, pode ser uma estratégia eficaz para complementar a formação dos discentes em Educação Física.

A DCDR pode ser entendida como um novo modo de compreender a relação entre corpo, movimento e arte. Conforme Ferreira<sup>16</sup>, os procedimentos sistematizados que desenvolvem esta modalidade, independente de quaisquer diferenças físicas que possam apresentar os dançarinos, vêm transgredindo regras em favor da liberdade de movimentos e fazendo do corpo instrumento tradutor de diferentes ideias e não apenas mero reproduzidor de movimentos.

Vista dessa forma, a DCDR se configura como um importante instrumento de inclusão social por promover uma ressignificação do corpo “deficiente”, rompendo com conceitos estereotipados impostos durante décadas. Além de proporcionar melhoras físicas, tais como: aumento da capacidade cardiorrespiratória, força de membro superior e controle de tronco; a DCDR, por ser uma modalidade realizada coletivamente, possibilita ao cadeirante sua reinserção social, contribuindo assim, para melhoras psicológicas<sup>17,18</sup>.

A modalidade teve sua origem em 1968, na Suécia, sendo utilizada para fins terapêuticos e de recreação. O primeiro país a sediar a competição de DCDR foi a Holanda em 1985, seguido pela Bélgica, em 1987, e pela Alemanha em 1991<sup>19</sup>. No entanto, somente em 2000, na Noruega, ocorreu o Primeiro Campeonato Mundial de Dança em Cadeira de Rodas com o reconhecimento do Comitê Paraolímpico Internacional. Desde então, a modalidade vem se desenvolvendo fundamentada na dança moderna, na dança de salão e na dança terapêutica<sup>20</sup>. Especificamente no Brasil, em 2001, ocorreu a Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas - órgão que regulamenta todas as competições da modalidade<sup>21</sup>.

Atualmente, segundo Ried *et al.*<sup>19</sup>, a DCDR pode ser dividida em duas vertentes: recreativa e competitiva. Para a modalidade competitiva, assim como em todo esporte para pessoas com deficiência, há atualmente os critérios de

elegibilidade e classificação funcional, que visam dar para a competição um caráter mais justo, através do respeito aos princípios de equidade e equiparidade<sup>10</sup>. Com base na avaliação médica e no desempenho do dançarino em relação aos movimentos demandados durante a dança, eles são divididos em duas classes funcionais: *level wheelchair dance 1* (LDW1 - dançarinos com menor controle motor) e *level wheelchair dance 2* (LDW2 – dançarinos com maior controle motor). Para a classificação, o dançarino-cadeirante executa movimentos vinculados à modalidade, tais como: controle da cadeira de rodas, função de empurrar e puxar, extensão de membros superiores e controle de tronco<sup>18</sup>.

Tendo em vista a importância da DCDR no processo de inclusão e a necessidade de capacitação dos profissionais de educação física em atividades relacionadas ao paradesporto, o objetivo do presente estudo foi relatar a experiência de realização de uma oficina de DCDR com alunos do curso de educação física da Faculdade Pitágoras de Betim.

## 2 Material e Métodos

Foi realizada uma oficina de formação para alunos de graduação em dança em cadeira de rodas, essa experiência foi desenvolvida em parceria com o núcleo de extensão da Faculdade Pitágoras Betim. Participaram da oficina 10 alunos de graduação dos cursos de educação física e pedagogia, todos andantes. Os alunos realizaram suas inscrições on-line de forma gratuita. Para a realização da oficina foram utilizadas seis cadeiras de rodas esportivas.

A oficina, com carga horária total de quatro horas, foi dividida em três etapas:

- 1) aula expositiva sobre a DCDR;
- 2) técnicas de manejo aplicadas à DCDR;
- 3) elaboração de coreografias.

A aula expositiva teve como objetivo a apresentação da modalidade para os alunos. Nessa etapa, foram utilizados, como materiais pedagógicos, fotos e vídeos. No segundo momento da oficina, os alunos realizaram um circuito com a CR, tendo que desviar de obstáculos como cones e arcos espalhados no chão. Após o momento de exploração dos movimentos, efetuou-se a construção de uma coreografia com os movimentos aprendidos. As coreografias foram propostas pelas professoras, que ministraram a oficina, e os alunos foram orientados a realizarem os movimentos em conformidade com o ritmo musical.

## 3 Resultados e Discussão

A oficina de DCDR proporcionou uma quebra de paradigmas para os alunos que se mostraram surpresos com as possibilidades da modalidade. No primeiro momento, todos os participantes comentaram o grau de excelência e repertório motor dos dançarinos, visualizados nos vídeos, e manifestaram muita curiosidade no que se refere ao processo de formação dos dançarinos, assim como sua preparação física específica

para a DCDR. Na segunda fase, de técnica de manejo, os alunos apresentaram muita dificuldade para conduzir a CR, tanto no percurso retilíneo quanto no percurso curvilíneo. Essa dificuldade se justifica pela falta de experiência dos mesmos com o equipamento. Apesar da falta de fluência no movimento, todos conseguiram executar os percursos propostos. Durante essa fase, os alunos foram incentivados a explorar ao máximo as possibilidades de movimentação da CR, nesse momento, foi possível verificar que todos estavam se divertindo e aproveitando a oportunidade.

Após o momento das experimentações, iniciou-se o desenvolvimento da composição coreográfica, o que exigiu maior domínio dos movimentos da CR. Inicialmente, os alunos apresentaram dificuldade em acompanhar a contagem rítmica em associação com os movimentos propostos. Após um tempo de prática, foi possível verificar que todos conseguiram desenvolver a coreografia.

A parte final da oficina envolveu a realização de uma coreografia em dupla, com um cadeirante e um andante, por ser essa a principal configuração da modalidade esportiva, denominada estilo COMBI<sup>19</sup>. Esse foi um momento de aprendizado para todos, visto que a dinâmica necessária para a realização de uma coreografia entre andante e cadeirante é muito diferente, sendo a interação entre a dupla fundamental para a realização dos movimentos. Os alunos destacaram a sobrecarga imposta nos membros superiores durante a execução da modalidade no estilo COMBI.

O ensino da dança possui uma função, que vai além do ensino-aprendizagem das habilidades motoras e rítmicas, e possibilita a formação do sujeito como agente transformador<sup>22</sup>. A realização da oficina de formação em DCDR permitiu a transformações da visão dos alunos acerca das pessoas com deficiência e de sua relação com a dança. A oficina contribuiu para a construção de uma nova imagem do corpo-deficiente, como um corpo capaz de executar movimentos belos e harmoniosos, desde que estimulados adequadamente através de um profissional capacitado.

Tal afirmativa pode ser observada através do relato de um dos participantes:

“Ao realizar a prática encontrei algumas dificuldades: primeiro tive que aprender a locomover com a CR, manter uma postura adequada, ter resistência, equilíbrio, força e energia para realizar o manejo na CR, principalmente, durante a execução da sequência em dupla. Com a oficina, percebi que a dança em CR é um trabalho artístico que requer muita dedicação e técnica. Já tive experiências com outros trabalhos realizados por pessoas com alguns tipos de deficiência, em outras modalidades esportivas, mas com a dança em CR tive uma visão de outro mundo.”

Apesar de ser sido aberto para a comunidade e divulgado na cidade, a oficina não contou com nenhum cadeirante ou pessoa com qualquer outra deficiência. Tal fato pode ter sido decorrente de vários fatores, como falta de conhecimento do curso por parte dos cadeirantes da cidade, falta de interesse na

modalidade ou por acreditarem não serem capazes de realizar a modalidade. Infelizmente, apesar de avanços terem ocorrido na área de inclusão nas últimas décadas, nota-se que grande parte da população com deficiência ainda está excluída do acesso a artes, dança, esporte, dentre outros. De fato, muito ainda deve ser feito para proporcionar a essa minoria social os direitos de igualdade garantidos por leis. Dentro desse contexto, a DCDR, assim como outras modalidades artísticas para pessoas com deficiência, é uma ferramenta valiosa que deve ser, cada vez mais, explorada e fortalecida na sociedade brasileira para possibilitar a implementação do pensamento inclusivo. Através dela se almeja que pessoas com deficiência ultrapassem suas limitações e barreiras, tornando-se símbolos de determinação e superação.

A experiência da oficina permitiu a identificação, por parte dos alunos, da carência existente na área de profissionais capacitados para trabalhar com pessoas com deficiência. Por outro lado, eles observaram o quanto a prática da dança pode ser importante para a qualidade de vida de um cadeirante. Além disso, o conhecimento acerca da DCDR foi um importante passo no processo de transformação dos alunos em sujeitos críticos, corroborando Marques<sup>23</sup>, quando diz que a dança, enquanto forma de conhecimento, torna-se praticamente indispensável para se viver presentes, críticos e participantes em sociedade. Infelizmente, poucos profissionais de educação física estão capacitados a trabalhar com a DCDR e, muitas vezes, o conteúdo nem é citado nas disciplinas curriculares voltadas para o esporte para pessoas com deficiência. Apesar do curto período da oficina, ela rompeu com vários preconceitos existentes nos participantes, que se mostraram motivados a buscarem mais conhecimento sobre o assunto durante sua formação acadêmica e atuação profissional.

#### 4 Conclusão

Diante do exposto acima, nota-se a necessidade do desenvolvimento de mais oficinas abordando o tema DCDR, modalidade desconhecida por uma grande parcela da população e que pode gerar vários benefícios para pessoas com deficiência, além de contribuir para, o que de fato, pode ser denominado como “inclusão”.

#### Referências

1. IBGE. Censo Demográfico 2010 Pessoas com Deficiência. Disponível em <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocodownload/cartilhasdeficiente/cartilha-censo-2010- pessoas-com-deficiencia.pdf>.
2. Sasaki RK. Inclusão, construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA; 1997.
3. Marques RFR, Gutierrez GL, Almeida MABD, Menezes RP. Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro. *Rev Bras Educ Fis Esporte* 2013;27:583-96.
4. Greguol M, Costa RF. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. São Paulo: Manole; 2013.
5. Sasaki, RK. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Mídia e deficiência. Brasília: Fundação Banco do Brasil; 2003.
6. Mauerberg-De-Castro, E. Atividade física adaptada. Ribeirão Preto: Tecmed; 2005.
7. Sant'ana IM. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicol Estud* 2005;10(2):227-34.
8. Rodrigues DA. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. *J Phys Educ* 2008;14(1):67-73.
9. Quiles DA. Políticas Públicas em Educação Especial: o Conceito de Inclusão em Construção. Anais do VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina; 2011.
10. Mello MT, Winckler C. Esporte Paraolímpico. São Paulo: Atheneu; 2012.
11. Gorgatti MG., Costa RF Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Baueri: Manole; 2008.
12. Marques RFR, Gutierrez GL, Almeida MABD, Miranda TJ. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. *Rev Bras Educ FisEsporte* 2009;23:365-77.
13. Pena LGS. O esporte paraolímpico na formação do profissional de educação física: percepção de professores e acadêmicos. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2013.
14. Cidade RE, Freitas PS. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. *Integração* 2002;14:27-30.
15. Ribeiro SM, Araújo PF. A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira. *Rev Bras Ciênc Esporte* 2004;25(3):57-69.
16. Ferreira, EL. Esportes e atividades físicas inclusivas. *Intertexto* 2014;9:9-83.
17. Barreto MA, De Paula OR, Ferreira EL. Estudo das variáveis motoras em atletas da dança esportiva em cadeira de rodas. *Rev Bras Ciênc Mov* 2010;18:5-10.
18. Braga DM, Labronici RHDD, Cunha MCB, De Oliveira ADSB. Benefícios da dança esporte para pessoas com deficiência física. *Rev Neuroc* 2002;10:153-7.
19. Ried B, Ferreira EL, Tolocka R. E. Subsídios para competições oficiais de dança esportiva em cadeira de rodas. Campinas; 2003.
20. Whatley, S. Dance and disability: the dancer, the viewer and the presumption of difference. *Res Dance Educ* 2007;8(1):5-25.
21. Ferreira, EL. Esportes e atividades físicas inclusivas. Niterói: Intertexto; 2009.
22. Marques, IA. Dançando na escola. São Paulo: Cortez; 2007.
23. Marques I.A. Dançando na escola. *Motriz* 1997;3(1):20-8.